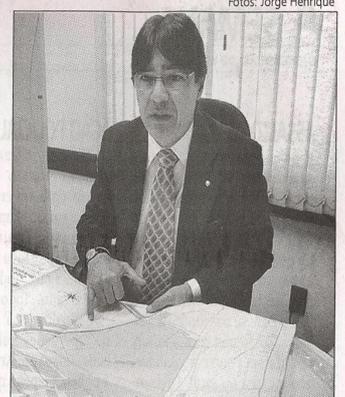




ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: MUNICÍPIOS 06
Data: 25 e 26/11/2012



Fotos: Jorge Henrique

ESTA SEMANA, o Ministério Público de Lagarto convocou todas as partes interessadas entre geólogos, engenheiros e arquitetos, para fazer uma vistoria na área onde o shopping está sendo construído

Shopping de Lagarto pode ser embargado

Comitiva foi constatar in loco que a obra precisa de um novo estudo para poder ser retomada

A construção de centros de comércio no interior sergipano está em franca expansão e depois que os empresários perceberam o potencial e a carência desse tipo de investimento nessas localidades. Depois da construção do Shopping Prêmio, no município de Nossa Senhora do Socorro, os olhos e a atenção dos sergipanos se voltam para Lagarto, onde se pretende criar o mais novo shopping do Estado. O projeto foi criado por um grupo de arquitetos alagoanos para ser erguido numa área de 30 mil m², ao lado do Campus de Saúde da Universidade Federal de Sergipe.

O empreendimento representará um investimento de cerca de R\$ 80.000.000 e contará com 140 lojas, quatro salas de cinema, praça de alimentação e um grande hipermercado, alocados em seus dois andares. Em decorrência da grande demanda serão gerados 2.700 empregos diretos e indiretos com a inauguração do shopping que ainda terá em anexo um centro empresarial executivo.

A grande obra foi iniciada ainda no início de outubro deste ano, mas teve que ser paralisada, após o Ministério Público de Lagarto receber a informação, confirmada in loco, que o shopping estaria sendo construído em cima de uma nascente de rio, e destruindo toda a mata ciliar que ali existe.

A observação partiu do próprio secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Lagarto, Antônio Carlos Nogueira Fontes. Segundo

ele, a obra foi embargada devido ao impacto ambiental que isso pode provocar no município. A notícia foi bastante repercutida em todo o Estado, uma vez que o terreno já havia recebido o aval da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema). O empresário e responsável pela obra, Zezé Rocha, fez questão de deixar bem claro que todo o projeto foi passado e aprovado pela Adema, mas que se necessário for irá realizar as readequações.

VISITA

Na última quarta-feira, 21, o promotor de Justiça Antônio César Leite, que atua na curadoria do Meio Ambiente na comarca de Lagarto, convocou todas as partes interessadas para fazer uma vistoria in loco. Membros da Adema, da Secretaria de Meio Ambiente de Lagarto, engenheiros, arquitetos, geólogo e os responsáveis pelo empreendimento participaram da visita. De acordo com o promotor, a partir de agora novas avaliações precisam ser feitas antes de retomar a obra. "Um estudo precisa ser realizado novamente no local para certificar que ali não é uma nascente, mas sim um lençol ou uma veia d'água que vazou. Caso não seja isso, a obra não poderá seguir", afirma.

Segundo o promotor, o shopping está planejado para ser construído no terreno que fica entre o riacho Angola Cachorro e onde antes existia o balneário da bica, local que possui várias nascentes. "A força da água ali é muito

grande. Só para se ter uma ideia, esses minantes chegaram a abastecer toda a cidade de Lagarto no período de seca. A lei obriga que toda planta deve constar onde há curso d'água, mas na planta desse shopping não tem", comenta Antônio.

Para o promotor, a liberação do alvará de construção pela Adema foi feita de forma precipitada e pode gerar sérios prejuízos a todos os envolvidos no processo. "Do mesmo jeito que os responsáveis pela obra trouxeram as plantas e o estudo deles aqui, eles levaram na Adema. Mas eu acredito que lá ninguém veio realizar o estudo como deve ser feito. Em conversa com o secretário de Meio Ambiente de Lagarto, descobrimos essa falha no planejamento. E como nascentes são áreas de Unidade de Proteção Permanente (UPP), tivemos que embargar a obra".

"Então se a Adema realmente deferiu essa licença sem se certificar que ali existia uma nascente, ela vai responder a processo por crime ambiental, assim como seus técnicos, os diretores, Zezé Rocha, a engenheira e todos os envolvidos na obra. Caso seja comprovado que ali é área de UPP entraremos com as definições legais, mas caso seja possível haver readequação, será melhor ainda. Não é nossa intenção vetar a obra, mas o que não queremos é cometer um crime ambiental", completa Antônio César.

ADEMA

Para Patrícia Garcia, engenheira responsável da Adema que participou da visita in loco

acompanhada do promotor, o surgimento desse volume de água é uma incógnita e precisa ser cuidadosamente estudado. "Se tem um lençol de água encrustada entre as camadas do solo, quando você faz a movimentação de terra pode ser que ele venha a aflorar. Pelo que se vê esse volume de água aqui não o caracteriza automaticamente como uma UPP. Mas, a gente tem que ver primeiro, se esse volume de água é permanente ou se foi apenas um lençol ou mesmo uma tubulação que foi atingida durante a terraplanagem. A dúvida fica justamente por que nas duas visitas que os técnicos da Adema fizeram, não foi detectado nada", comenta Patrícia.

A engenheira não quis dar mais detalhes sobre o caso e disse que irá estudar a situação com a sua equipe e o presidente da Adema, Genival Nunes, para então dar um parecer técnico. Porém, até o fechamento desta edição, ninguém do órgão estadual tinha informações para passar para o JORNAL DA CIDADE, que continua aberto a maiores explicações.

O advogado e consultor representante de Zezé Rocha, Durval Tavares, está confiante que tudo será resolvido da melhor forma possível e as obras não serão prejudicadas. "Não vejo essa intervenção como algo negativo, pelo contrário, os empresários têm que fazer os seus investimentos cuidando também do meio ambiente. Estamos tranquilos e prontos para realizar as adequações que se fizerem necessárias", conclui.